

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA, DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

PROCESSO Nº 1.127.042 (eletrônico)

LAILA CRISTINA PEREIRA, brasileira, casada, chefe do departamento de licitação da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande/Consortio AMEG, inscrita no CPF sob o nº 014.970.356-27, portadora do RG MG 15.767.238, residente e domiciliada na Rua José Satirio, nº 21, Maria Rosa, São João Batista do Glória, MG, CEP 37920-000, vem, à presença de Vossa Excelência, com súpero acatamento, apresentar

DEFESA

Em alusão à Denúncia nº 1127042 da análise apresentada, referente ao Procedimento Licitatório 057/2022, Pregão Eletrônico 010/2022, com base no Princípio Constitucional da Ampla Defesa e nos termos que seguem, para, ao final, requerer que seja acatadas as justificativas ora apontadas referentes as irregularidades apontadas ao referido procedimento licitatório.

I- DA TEMPESTIVIDADE DA INTERPOSIÇÃO DA DEFESA PELA NOTIFICADA

No que diz respeito à tempestividade, a Denúncia nº 1127042 estabeleceu o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação das razões da defesa.

Considerando que a citada Denúncia foi juntada no dia 16 de junho de 2023, o prazo para atendimento à Denúncia findar-se-a no dia 04 de julho de 2023.

Resta comprovada, portanto, a tempestividade da presente defesa.

II- SÍNTESE DA DEMANDA E OBJETO DA DENÚNCIA

O Consórcio AMEG iniciou o processo licitatório para aquisição de diversos veículos em 05 de julho de 2022.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Defendente não atuou como solicitante do Processo, uma vez que, o Presidente da época deixou bem claro que todas solicitações bem como quantidades seriam totalmente de sua inteira responsabilidade, conforme art. 5º, §4º da Portaria 292 de 15 de julho de 2022:

Artigo 5º§4º. A lista de objetos a serem licitados será apresentados pelo presidente da AMEG, após consulta aos demais membros do consorcio.



PORTARIA Nº. 292 DE 15 DE JULHO DE 2022



Dispõe sobre a criação de Comissão de Impulsionamento e Apoio para as Licitação da AMEG destinadas à adesão dos Municípios Consorciados para o ano de 2021 e da outras providências.

O PRESIDENTE DA AMEG - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO a finalidade precípua do consórcio AMEG de trazer soluções coletivas aos municípios;

CONSIDERANDO a vantagem que tem se demonstrado com as licitações coletivas para futura e eventual adesão dos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que as licitações coletivas além de economia financeira, geram agilidade, efetividade e eficiência na compra de bens, produtos ou contratação de serviços para os municípios consorciados;

CONSIDERANDO que as licitações coletivas ajudam a melhorar os serviços públicos, bem como contribuem, consequentemente, para melhorar a qualidade de vida da população da região de atuação do consórcio;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Impulsionamento e Apoio para as Licitações destinadas à disponibilidade de adesão aos Municípios Consorciados para o ano de 2021 da AMEG - CIAL.

Parágrafo Único. A CIAL tem como finalidade impulsionar a realização das licitações coletivas do consórcio AMEG, objetivando entregar aos municípios consorciados uma maior gama de licitações aptas a serem aderidas de acordo com a necessidade individual de cada um em um menor tempo possível, sem deixar a qualidade técnica e legal ser afetada.

Art. 2º - Os membros da CIAL deverão dar suporte a TODOS os atos do Departamento de Licitações da AMEG que tenham ligação com a tramitação de licitações coletivas destinadas à adesão aos Municípios Consorciados, sempre que necessário e requisitado pela presidência da Comissão, em especial:

Alpinópolis | Capetinga | Capão | Camo do Rio Claro | Cassia | Cerebral | Desimbué | Dorciópolis | Fortaleza de Minas
Guapé | Ibiraci | Itaú de Minas | Passos | Pimenta | Piumhi | Prataópolis | São João Batista do Glória | São José da Barra
São Roque de Minas | São Sebastião do Paraíso | São Tomás de Aquino | Vargem Bonita

Sede: Rua Benedita da Silveira Maia, 144 - Jd. Pinheiros - Telefex (35) 3521-0544 - CEP: 37900-000 - Passos - MG
CNPJ 35.617.366/0001-11 - Inscrição Estadual: Isenta
Site: www.ameg.org.br - E-mail: ameg@ameg.org.br

- §1º. No exercício das atribuições conferidas por essa portaria, a Presidência da CIAI, bem como seus membros, responderão diretamente à Presidência do Consórcio AMEC.

§2º. As tarefas exercidas pelos membros dessa comissão terão PRIORIDADE ABSOLUTA sobre quaisquer outras, salvo exclusivamente autorização expressa do Presidente do Consórcio AMFG.

§3º É de responsabilidade da presidência da CIAI coordenar os trabalhos da comissão, distribuir as tarefas para cada membro, elaborar o plano de metas individuais e cobrar os resultados previstos.

Art. 3º Ficam designados os seguintes membros para compor a Comissão de Impulsionamento e Apoio para as Licitações - CIAL:

Cargos:
Chefe do Departamento Administrativo
Chefe do Departamento de Licitações
Chefe do Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Convênios
Procurador Geral
Assessor de Comunicação

Art. 4º - Sob a presidência do segundo, constitui a Comissão de Impulsoramento e Apoio para as licitações cuja investidura não excederá a 31 de dezembro do corrente ano.





Art. 5º - A CIAL, por sua Presidente, deverá apresentar relatório geral semanal de suas atividades, demonstrando as tarefas realizadas e os resultados alcançados.

§1º. Cada membro da CIAL deverá apresentar relatório semanal contendo as atividades individuais exercidas em prol dos objetivos da comissão;

§2º. A presidente, em seu relatório geral, deverá apontar eventuais falhas a serem corrigidas, bem como qualquer ação ou omissão que implique em descumprimento das determinações dessa portaria ou que prejudique os trabalhos da CIAL, inclusive os eventualmente provenientes de servidores que não sejam membros da comissão.

§3º. A comissão terá como meta inicial a publicação de pelo menos 10 (dez) licitações nos próximos 30 dias, excluindo desse prazo os dias em que os membros estiverem fazendo curso.

§4º. A lista de objetos a serem licitados será apresentado pelo Presidente da AMEG, após consulta aos demais membros do consórcio, iniciando o prazo a que se refere o parágrafo anterior após o recebimento dessa lista.

§5º. Deverá ser criado grupos de comunicação em aplicativo (whatsapp) segmentados nos diversos setores da administração pública municipal (saúde, educação, esporte, assistência social, etc), onde cada município indicará um representante para apresentação de demandas e revisão dos itens de edital para adequação às necessidades de cada município.

§6º. Após a conclusão de cada Termo de Referência, deverá ser encaminhado o TR ao respectivo grupo que tenha ligação com o objeto da licitação, bem como sempre com cópia ao grupo do setor de licitações de cada município, para revisão dos itens e recebimento de demandas adicionais, sem prejuízo do início do processo de cotação de preços.

§7º. O prazo para recebimento das indicações a que se refere o parágrafo anterior será de 2 (dois) dias úteis, podendo ser prorrogado se não implicar em atraso no processo de licitação.

Art. 6º - Fica autorizada a realização de horas extras que sejam necessárias para o cumprimento das determinações constantes dessa portaria.

Art. 7º - As atividades dos membros da comissão de que trata essa portaria serão exercidas sem remuneração adicional, salvo as inerentes as horas extras realizadas e sem prejuízo das outras atribuições próprias de seus respectivos cargos.

PROVIDÊNCIAS GERAIS

Alpinópolis | Capetinga | Capitão | Carmo do Rio Claro | Cássia | Claraval | Delmiópolis | Dorcasópolis | Fortaleza de Minas
Guapé | Ibiraci | Itaú de Minas | Passos | Pimenta | Piumhi | Pratópolis | São João Batista do Glória | São José de Barra
São Roque de Minas | São Sebastião do Paraíso | São Tomás de Aquino | Varginha

Sede: Rua Benedita da Silveira Maia, 144 - Jd. Pinheiros - Telefex (35) 3521-0544 - CEP: 37901-660 - Passos - MG
CNPJ 35.647.360/0001-11 - Inscrição Estadual Isenta
Site: www.ameg.org.br - E-mail: ameg@ameg.org.br



Art. 8º Fica estabelecido a data do dia 18 de julho para publicação do resultado final, bem como homologação do Processo Seletivo em curso.

§1º Fica determinada a convocação imediata, após a homologação do resultado do processo seletivo, de 2 (dois) agentes administrativos, que deverão participar do curso de licitações que será promovido nos dias 20 e 21 deste mês de julho, devendo ser comunicado pessoalmente a presente convocação.

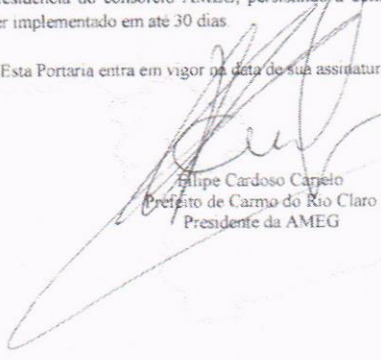
§2º Os agentes administrativos convocados ficarão irrestritamente sob a gestão da presidente da CIAL, devendo seguir suas determinações e contribuir para consecução dos objetivos da comissão.

§3º A presidente da CIAL deverá setorizar o departamento de Licitações em setor de compras e se setor de licitações para otimizar os trabalhos, devendo cada agente administrativo atuar em um dos setores, podendo, contudo, atuar em conjunto sempre que solicitado pela Presidência da Comissão.

Art. 9º - Fica determinado à *Comissão de Impulsonamento e Apoio para as Licitações - CIAL* a adoção dos atos necessários a adesão e implementação do sistema de licitações da Associação Mineira de Municípios - (AMM Licita).

Parágrafo Único. A CIAL deverá apresentar, em 5 (cinco) dias, relatório de viabilidade da implementação do AMM Licita, bem como apontar os eventuais benefícios da troca de sistema. Após aprovado pela presidência do consórcio AMEG, persistindo a definição pela implementação, o novo sistema deverá ser implementado em até 30 dias.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.


Felipe Cardoso Carneiro
Prefeito de Carmo do Rio Claro
Presidente da AMEG

Alpinópolis | Capetinga | Capim Branco | Carmo do Rio Claro | Cassia | Claraval | Delfinópolis | Dorcasópolis | Fortaleza de Minas
Guapé | Ibiraci | Itaú de Minas | Passos | Pimenta | Plumbi | Pratópolis | São João Batista do Glória | São José da Barra
São Roque de Minas | São Sebastião do Paraíso | São Tomás de Aquino | Vargem Bonita

Sede: Rua Benedita da Silveira Maia, 144 - Jd. Pinheiros - Telefax (35) 3521-3544 - CEP: 37903-000 - Passos - MG
CNPJ 35.617.560/0001-11 - Inscrição Estadual: Isenta
Site: www.ameg.org.br - E-mail: ameg@ameg.org.br

No relatório apontado constatou-se os seguintes fatos:

- Da restrição indevida da competitividade, por incidência do disposto da Lei nº 6.729/1979 (Lei Renato Ferrari) e na Deliberação CONTRAN nº 64/2008. (parcialmente);
- Da ausência de realização de estudo da demanda.

a) Referente a restrição de competitividade

Após a Denúncia apresentada pela empresa CKS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, o Procedimento Licitatório foi suspenso para análise das alegações, onde o parecer Jurídico na época foi desfavorável as alegações apontadas.

Republiquei o edital baseando inclusive na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, citado em seu parecer:

Conforme orientação da jurisprudência do TCE MG, Processo 1095462, "(...) o gestor público, analisando razões de custo/benefício envolvidas no caso concreto, deve delimitar claramente o objeto a ser contratado no processo licitatório referente à aquisição de veículos "zero km", buscando suficientemente caracterizar se os automóveis se referem àqueles que irão receber o primeiro emplacamento (os quais devem ser adquiridos das fabricantes/montadoras e concessionárias) ou àqueles que já foram adquiridos por revendedoras, mas ainda não tiveram nenhuma rodagem.

Avaliando as circunstâncias do caso concreto, as potencialidades do mercado e as suas necessidades o ente poderá optar pela maior ou menor amplitude da concorrência, conforme seja viável ou não a aquisição de veículos já previamente licenciados, de modo que, caso o edital não delimite seu rol de contratação às de empresas fabricantes ou concessionárias, tomar-se-á regular a participação de empresas revendedoras na competição, em atenção à ampla concorrência.

Sobre o tema referente à aquisição de automóveis "0 Km", saliento que, em exame preliminar, apresentado à peça 28 dos autos, destaquei que esta Corte de Contas, em reiteradas ocasiões, proferiu o entendimento de que veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor), qualificando-se as revendedoras apenas para a comercialização de veículos usados, tendo afirmado, ainda, que o veículo novo seria caracterizado por ser aquele que ainda não obteve registro e licenciamento e, consequentemente, ainda estaria sujeito à realização do primeiro emplacamento, nos termos da Deliberação CONTRAN nº 64/2008.

Àquela ocasião, destaquei que são diversos os julgados desta Corte de Contas nesse sentido, e que, especificamente no Processo nº 1.047.854, de minha relatoria, julgado na 21ª Sessão Ordinária do dia 04/07/2019, fora consolidado, unanimemente, o seguinte entendimento:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. VEÍCULO NOVO. DELIBERAÇÃO CONTRAN Nº 64/2008. REVENDEDORA DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONCESSIONÁRIA. FABRICANTE. DISTRIBUIDORA.

GARANTIA DESCLASSIFICAÇÃO. COMPETITIVIDADE. DIRECIONAMENTO DO CERTAME. IMPROCEDÊNCIA.

1. É impossível a análise de apontamento realizado na inicial, sem a fundamentação e documentação probatória adequada.

2. A venda de veículos novos poderá ser efetuada por distribuidoras ou concessionárias. Assim, as revendedoras se qualificam apenas para a comercialização de veículos usados. 3. Veículo novo é aquele que ainda não obteve registro e licenciamento. Consequentemente, está ainda sujeito à realização do primeiro emplacamento Deliberação CONTRAN nº 64/2008.

4. Somente o veículo novo possui garantia integral proporcionada pelo fabricante. Por isso, os veículos comercializados por revendedoras sempre possuirão redução em seu prazo de garantia. 5. A determinação de que apenas concessionárias e distribuidoras possam participar do certame não implica em restrição da competitividade, pois ainda subsiste oportunidade para que diversas empresas do ramo possam dar seus lances. Nota-se, portanto, que a matéria em tela envolve a definição legal conferida aos "veículos novos" (ou "0 km"), evidenciando-se, assim, uma conceituação que é balizada e referenciada

pelos critérios de registro, licenciamento e primeiro emplacamento dos automóveis. Nessa seara, observo que, conforme destacado pela unidade técnica, à peça 43, a definição de "veículo novo" pode ser extraída do item 2.12 da Deliberação do CONTRAN nº 64, de 30/05/2008, o qual dispõe:

[...]

2.12. VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento [...]

Em complemento a tal conceituação, observa-se que, ao prever que a distribuição de veículos automotores de via terrestre ocorre através de concessão comercial entre produtores e distribuidores, a Lei nº 6.729/79 (Lei Renato Ferrari) estabeleceu a seguinte definição:

Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

Art. 2º Consideram-se:

I - produtor, a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores;

II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade;

Em seu parágrafo primeiro, inciso "a", o referido artigo segundo também prevê:

§ 1º Para os fins desta lei:

a) intitula-se também o produtor de concedente e o distribuidor de concessionário; [...]"

Senão vejamos:

No Relatório de Triagem nº 616/2022 os servidores Adriana Guimarães Ribeiro Analista de Controle Externo - TC 1873-0 e Reginaldo de Pádua Ribeiro Coordenador de Protocolo e Triagem não identificaram indícios de dano ao erário ou má fé, como pode ser visto no item 4.2 da página da Peça 3 do Processo em epígrafe, em 31 de agosto de 2022.

O Conselheiro Wanderley Ávila não concedeu a cautelar pleiteada, por não verificar, nesse momento, elementos que justificassem o impedimento do prosseguimento da licitação, página 7 da peça 6 do Processo em epígrafe em 05 de setembro de 2022.

A exigência no instrumento convocatório extrai interpretação de que, para se considerar o veículo novo, não basta apenas saber a situação que se encontra o próprio, visto que é necessário que o "novo" seja encarado como o primeiro emplacamento. Ocorre ainda que a parte dos itens licitados são veículos submetidos a adaptação/transformação (que é o caso de ambulâncias e veículos adaptados).

A interpretação, entendida pela deliberação nº 64 do CONTRAN e da disciplina de concessão comercial prevista na Lei nº 6.729/79 seria que o veículo novo, seria aquele comercializado que ainda não tinha sido registrado ou licenciado, tanto os veículos simples quanto aos veículos adaptados, ou seja os veículos adaptados já saiam das concessionárias/fabricas "já adaptados", e assim prontos para o primeiro emplacamento, de fato.

Justifica-se ainda que a denúncia apontada, que a opção por adquirir veículos novos apenas de montadoras/fabricantes/ concessionárias é discricionária da Administração Pública, devendo esta opção estar claramente estabelecida no edital. Afirmar-se ainda que no autos do Procedimento Licitatório 057/2022 Pregão Eletrônico 010/2022, para os itens 16/17/18/19/20/21/22/23/24, ressaltando ainda que não houve prejuízo nenhum para o erário sendo que todos os itens ora citados, foram concorridos por várias empresas participantes, como consta no mapa de apuração e termo de adjudicação.

Ora vejamos ainda, que o entendimento por ora seria que todas as empresas vencedoras do certame, já sairiam da própria concessionária, fábrica ou montadora com as devidas adaptações, ou seja com o prazo de entrega estipulado no edital e em seu termo de referência o mesmo teria condições de ser fabricado, montado, pronto para a venda já, conforme solicitações editalícias.

Natureza: DENÚNCIA
Denunciante: Pódio Soluções Automotivas EIRELI - ME
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Tugúrio
Parte: Vicente Paulo da Silva
Procurador: Luciano Alves Moreira Moutinho, OAB/MG 135.436
MPTC: Glaydson Santo Soprani Massaria
RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO
SEGUNDA CÂMARA - 18/6/2020
DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO CAMINHONETE
4X4, ZERO QUILOMETRO. EXIGÊNCIA DE QUE O OBJETO DO CERTAME SEJA
FORNECIDO APENAS POR LICITANTES ENQUADRADAS COMO
CONCESSIONÁRIAS, MONTADORAS OU FABRICANTES. IMPROCEDÊNCIA.
EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
1. Depreende-se dos termos utilizados na Deliberação nº 64 do CONTRAN e da disciplina de
concessão comercial prevista na Lei nº 6.729/79, que veículo novo é aquele comercializado
por concessionária ou fabricante, que ainda não tenha sido registrado ou licenciado. Por esse motivo, a
Administração, ao permitir somente a participação de licitantes que se enquadram no conceito de concessionárias
ou fabricantes, não busca cercear a competitividade, mas sim
delinear devidamente o objeto, garantindo o cumprimento da obrigação pretendida.
2. Compete ao gestor público, avaliando as circunstâncias do caso concreto, as
potencialidades do mercado e as necessidades do ente que ele representa, optar pela maior ou menor amplitude
da concorrência, conforme seja viável ou não a aquisição de veículos já previamente licenciados. Em outras
palavras, a opção por adquirir veículos novos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária é
discrecionária da Administração Pública,
devendo essa opção estar claramente estabelecida no edital.
ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Exmos. Srs. Conselheiros da
Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das
razões expostas no voto do Relator, em:
I) julgar improcedente a denúncia apresentada e regular o Edital do Pregão Presencial n.
19/17, Processo n. 47/17, deflagrado pelo Município de Santa Bárbara do Tugúrio;
II) declarar a extinção do feito com resolução do mérito e determinar o arquivamento dos
autos, nos termos do art. 176, IV, do Regimento Interno;
III) determinar a intimação do atual prefeito municipal e da denunciante acerca do teor desta
decisão;
IV) determinar o arquivamento dos autos, após promovidas as medidas legais cabíveis à
espécie.
Processo 1015827 - Denúncia
Inteiro teor do acórdão - Página 2 de 7
Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Gilberto Diniz e o Conselheiro Presidente
Wanderley Ávila.
Presente à sessão o Procurador Daniel de Carvalho Guimarães.
Plenário Governador Milton Campos, 18 de junho de 2020.
WANDERLEY ÁVILA CLÁUDIO COUTO TERRÃO.

III- DA AUSÊNCIA DO ESTUDO TÉCNICO

Já o apontamento referente a ausencia da demanda, venho escorrer as seguintes justificativas:

Primeiramente o procedimento foi solicitado e instaurado com a quantidade de 30 veiculos pelo Secretario Executivo, Senhor Henrique Rodarte Fernandes da Silva, pouco mais de 01(um) veiculo para cada municipio ora consorciados: Alpinopolis, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Delfinopolis, Doresopolis. Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Itau de Minas, Passos, Pimenta, Piumhi, Pratapolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Sebastião do Paraíso, São tomás de Aquino e Vargem Bonita. Após a instauração o Presidente na época (Filipe Carielo), solicitou que alterasse a quantidade, para 150 veiculos, no qual foi orientado de que seria uma quantidade absurda. Filipe na época deixou bem claro que quem "mandava" era ele, e conforme a portaria 292 acima citada em seu artigo 2º §1º c/c art.5º § 4º diz:

Artigo 2º§1º. No exercicio das atribuições conferidas por

essa portaria, a Presidência da CIAL, bem como seus membros responderão diretamente à Presidência do Consórcio AMEG:

Artigo 5º§4º. A lista de objetos a serem licitados será apresentados pelo presidente da AMEG, após consulta aos demais membros do consorcio...

Contra minha vontade e meus princípios, dei continuidade ao processo, meramente por ter sentido coagida e ao mesmo tempo ameaçada de perder o serviço caso não obedecesse, conforme consta em uma declaração conjunta em anexo, de alguns membros na comissão da época que presenciaram o fato. (segue anexo 01/ declaração Conjunta).

Como toda pessoa necessita do trabalho, submeti essa quantidade absurda, no qual fui indagada por varias empresas, sobre a quantidade tentamos varias vezes diminuir a quantidade, mas de nada adiantou.

Portanto, ao se tratar de ato administrativo vinculado quanto ao motivo e ao conteúdo, a motivação pode se limitar a descrição do pressuposto de fato e a mera indicação do pressuposto direito, entretanto, conforme complexidade ora acima justificada e a incidencia do ato praticado pelo presidente, que sabia das consequencias, a motivação pelo meu ato é meramente de coação, no entanto adoeci em 16/03/2022, e fui afastada dos pois estava me sentindo muito pressionada pelo Presidente, onde necessário meu afastamento, como consta, em anexo:





SUS

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO
BATISTA DO GLÓRIA**

LICENÇA MÉDICA

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR(A) Leila

Leila Primo PORTADOR DA CARTEIRA

PROFISSIONAL Nº _____ SÉRIE _____

NECESSITA DE 8 (2) DIAS DE AFASTAMENTO

DO TRABALHO, A PARTIR DE 16/09, POR MOTIVO DE DOENÇA.

CID Q085

PSF batista
UNIDADE

16/09/2022

LOCAL E DATA

Dra. Gabriela Mendes de Souza
Médico
CRM/MG 91356

ASSINATURA DO MÉDICO / ODONTÓLOGO
(CARIMBO CONTENDO NOME COMPLETO E REGISTRO CRM/CRO)

NOTA

ESTE ATESTADO É VÁLIDO PARA FINALIDADES PREVISTAS
NO ARTIGO 27 DE CLPS, APROVADA PELO DECRETO Nº
89.312 DE 23/01/84, E RESOLUÇÃO CFM-1190/84 E SERÁ
EXPEDIDO PARA JUSTIFICATIVA DE 01 A 15 DIAS DE
AFASTAMENTO DO TRABALHO.

COD. SUS / UG 00.03

SES / MG

Digitalizado com CamScanner

Justifica-se ainda que em momento algum houve dolo, e intenção de prejudicar nenhum licitante e muito menos a administração pública.

Segundo o despacho exarado pelo Conselheiro Wanderley Ávila, em 05 de setembro de 2022, aduz que não foi identificado o prejuízo ao certame, em relação a ampla

participação dos licitantes e ofensa aos princípios licitatórios, como aduzidos pelo denunciante, e que não há a presença de *fumus boni iuris*, elemento essencial para que seja concedida a medida liminar de suspensão do Pregão Eletrônico nº 10/2022.

Ademais, não houve prejuízo identificado pela procuradora geral da AMEG, que emitiu parecer favorável (página 328 do Procedimento Licitatório nº 057/2022 constante na Peça 21 do Processo em epígrafe) além de dos técnicos desse Tribunal de Contas na Triagem nº 616/2022 os servidores Adriana Guimarães Ribeiro Analista de Controle Externo - TC 1873-0 e Reginaldo de Pádua Ribeiro Coordenador de Protocolo e Triagem não identificaram indícios de dano ao erário ou má fé, como pode ser visto no item 4.2 da página da Peça 3 do Processo em epígrafe.

Sendo assim, não há o que se falar em erro grosseiro, uma vez que, esse certame foi analisado por profissionais com saber jurídico.

No Acórdão 3327/2019 Primeira Câmara, o relator Ministro Vital do Rêgo afirma que para fins de responsabilização perante o TCU, considera-se erro grosseiro aquele que pode ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal ou que pode ser evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, decorrente de grave inobservância de dever de cuidado.

O relator cita o art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, incluído pela Lei 13.655/2018, e que equipara o erro grosseiro ao ato ilícito praticado com dolo:

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Por se tratar de conceito jurídico indeterminado, o erro grosseiro compreende “uma zona de certeza positiva, dentro da qual ninguém duvida do cabimento da aplicação da expressão que o designa e uma zona de certeza negativa em que seria certo que por ela não estaria abrigada” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, Discricionariedade e controle jurisdicional, 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 29). ”.

Segundo o ministro, a jurisprudência deste TCU tem considerado que o erro grosseiro deriva de conduta culposa do responsável que foge ao referencial do “administrador médio”, utilizado pelo Tribunal para avaliar a razoabilidade dos atos submetidos à sua apreciação, conforme se depreende das ementas transcritas a seguir, retiradas da jurisprudência selecionada do TCU:

A conduta culposa do responsável que foge ao referencial do “administrador médio” utilizado pelo TCU para avaliar a razoabilidade dos atos submetidos a sua apreciação caracteriza o “erro grosseiro” a que alude o art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), incluído pela Lei 13.655/2018 (Acórdão 1.628/2018-TCU-Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

Assim, entre os níveis extraordinário e mínimo de diligência, para efeito de configuração do erro grosseiro, o TCU tem se inclinado pelo meio-termo (ou nível médio), no qual a responsabilização terá lugar quando a conduta do administrador público afronta o dever de cuidado objetivo que dele se esperava, de acordo com a regra legal ou princípio aplicáveis, considerando as circunstâncias externas do caso concreto, tendo em mira sempre que a "régua" do nível normal (médio ou mediano) de diligência esperado pode oscilar de acordo com os obstáculos e dificuldades reais que se apresentavam à época da prática do ato impugnado.

Vale ressaltar que, no artigo 1º, §2º, da nova Lei de Improbidade Administrativa, estabelece *que* "considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente".

Logo a seguir, refere que "o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa" (artigo 1º, §3º).

Com base nisso, há quem sustente ter a LIA passado a exigir demonstração de dolo específico para caracterizar a improbidade, o que seria uma superação de entendimento do STJ.

Diante do exposto, fica evidente que não há o que se falar em erro grosseiro ou dolo, visto que, esse certame já havia sido apreciado por técnicos do Tribunal de Contas, bem como assessoria jurídica, neste processo licitatório em 05 de setembro de 2022, pelo Conselheiro Wanderley Ávila.

IV- DO DANO AO ERÁRIO

Para além do elemento subjetivo, tratado no tópico anterior, o art. 10, caput da Lei 8.429/1992 exige, para configuração do ato de improbidade administrativa nele previsto, a ocorrência de lesão ao erário, consistente em desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres. O dano ao erário é, portanto, elemento objetivo do tipo de improbidade administrativa em questão, conforme expressamente exigido pela cabeça do art. 10 da Lei 8.429/1992. Dessa forma, as condutas descritas nos incisos do dispositivo não devem ser interpretadas como tipos autônomos de infração, senão como tipos conectados com o caput da regra, a exigir, portanto, a presença efetiva do dano ao erário.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça chegou a pacificar sua jurisprudência, em decisões da Primeira e da Segunda Turma, no sentido de que "*as condutas descritas no art. 10 da LIA demandam a comprovação de dano efetivo ao erário público, não sendo possível caracterizá-las por mera presunção*".



A tese é acertada, pois os elementos do tipo têm como uma de suas funções, justamente, a de garantir as liberdades individuais e limitar o poder punitivo estatal. O jurisdicionado deve ter a segurança de que só será punido caso venha a praticar efetivamente a conduta vedada com todos os contornos definidos pela legislação de regência. Presumir a ocorrência de algum dos elementos do tipo infracional é, em última instância, presumir a própria ocorrência da infração.

Todavia, não há o que falar em dano ao erário, conforme análise inicial da denúncia, item 3.1.5, cita que com base nas informações contidas nos autos, não é possível afirmar dano ao erário.

Outrossim, não foi caracterizado restrição de competitividade/limitação de concorrência, visto que, houve 17 (dezesete) participantes.

V- DOS PEDIDOS

Diante da comprovada licitude e obediência aos preceitos legais demonstradas pela denunciada na condução do certame realizado por meio do Pregão Eletrônico nº 0010/2022, não se verifica motivos para declarar a restrição indevida de competitividade e da ausência de realização de estudo técnico, seja porque tal exigência está revertida de legalidade – diante da presença de justificativa, pertinência para com o objeto da licitação e imprescindibilidade, seja porque restou comprovada também a manutenção da competitividade do certame e ausência de dano ao erário.

Nesse diapasão, observa-se que a presente defesa respondeu a todos os argumentos formulados pela denunciada, instruindo seus fundamentos e justificativas com as pertinentes documentações que respaldou os atos jurídicos realizados.

Nobres Julgadores, sendo assim, requer:

- a) Que seja acatada minha justificativas, descaracterizando os apontamentos de “ erro grosseiro e dolo”;
- b) Que seja transferida a responsabilidade em todo para o presidente da época senhor Filipe Carielo, conforme atribuições ora conferidas em sua propria portaria 292 art.2º §1º.
- c) Subsidiariamente, se o entendimento de Vossas Excelências for pela aplicação da multa administrativa, requer, desde já, o deferimento do parcelamento do valor fixado, nos termos do artigo 87 da Lei Complementar nº 102 de 2008; caso não seja acatado que a multa a ser aplicada para minha responsabilidade seja minima, visto que, em momento algum tive a intenção em prejudicar nenhum licitante e muito menos a administração pública que merece



todo zelo onde fui coagida pelo presidente a praticar tais atos.

Protesta, por derradeiro, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Nestes termos

Pede deferimento.

São João Batista do Glória, 30 de junho de 2023.

Laila Cristina Pereira



DECLARAÇÃO CONJUNTA

Laila Cristina Pereira, brasileira, casada, chefe do departamento de licitação, inscrita no CPF sob o nº 014.970.356-27, portadora do RG 15.767238, residente e domiciliada na Rua José Satirio, nº 21, Maria Rosa, São João Batista do Glória, Minas Gerais, CEP 37920-000, **Marcelo Augusto Ribeiro**, brasileiro, união estavel, assessor de comunicação, inscrito no CPF sob o nº 187.409.488-89, portador do RG 29.822.684-4, residente e domiciliado na Rua Wandeir Rocha Rezende, nº 130, Parque das Aroeiras, Passos, MG, CEP 37903-102 e **Heloisa Helena Leite Lima**, brasileira, casada, chefe do departamento administrativo, inscrita no CPF sob o nº 667.557.006-49, portadora do RG M-8.949.091, residente e domiciliada na Rua Jacy Américo Sacramento, nº 205, Parque das Aroeiras, Passos, MG, CEP 37903-102.

Declaramos que:

Foi realizada uma reunião em julho de 2022 com o presidente da AMEG, na época o Sr. Filipe Cardoso Carielo, em que o mesmo fez a Portaria 292 de 15 de julho de 2022, a qual dispõe sobre a criação de comissão de impulsionamento e apoio para as licitações da AMEG, destinada a adesão dos municípios consorciados.

Esta transfere a responsabilidade e tarefas para cada membro com elaboração de planos e metas individuais, cobrando resultados previstos, de acordo com art. 2º, §3º.

E também, que o Presidente informou que, conforme art. 2º, §1º, que todos os membros responderiam diretamente ao presidente do consórcio AMEG.

Houve ainda, inúmeras orientações de como ele gostaria que fossem feitas tais licitações, em que o mesmo deixou bem claro **de que aceitava opinião de terceiros, mas era ele quem tomaria todas as decisões referente as licitações inclusive do objeto e das quantidades a serem licitadas**, de acordo com art.5º, §4º da referida portaria.

Após ser questionado, o Sr. Filipe deixou claro que, caso não fizéssemos ou não rendéssemos de acordo como solicitado, ele simplesmente poderia não nos manter na AMEG.

Solicitou que, na licitação Procedimento 057/2022, Pregão 010/2022, que já estava em andamento, que as quantidades fossem aumentados de 30 para 150 veículos.

Sendo assim, ao ser questionado pela quantidade de veículos que passou de 30 para 150 veículos, o mesmo disse que esta era a quantidade a ser licitada, sem abertura para indagações.

Foram feitas várias tentativas de convencê-lo a diminuir a quantidade, inclusive mediante questionamento de empresas bem conceituadas, conforme mostra o relatório enviado para ele, no qual era exigido por ele mesmo semanalmente de todos os integrantes da CIAL.

Nestes termos, segue assinado.



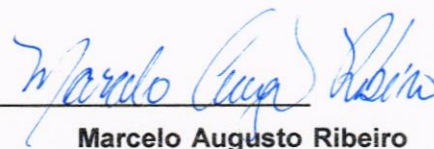
Passos, 21 de junho de 2023.



Laila Cristina Pereira



Heloisa Helena Leite Lima



Marcelo Augusto Ribeiro

Relatório da comissão de Impulsionamento de licitações

Relatório semanal. 08/08/22 a 12/08/22

Foram realizadas várias tarefas em conjunto para realização das futuras licitações, conforme portaria 292.

Licitações em andamento.

Uniformes
Kit escolares
Resíduos hospitalares
Fotovoltaica

Heloisa: colaborou com as cotações dos resíduos hospitalares que estamos aguardando o recebimento das mesmas.

Marcelo: Providenciou o funcionamento do Watsap da AMEG, conforme solicitação do presidente.

Camila: colaborou nos pareceres em home office, conforme solicitados referente aos pedidos de esclarecimento e impugnação referente ao pregão de veículos. Camila também está concluindo o termo de referencia dos uniformes, para iniciarmos os pedidos de cotação.

Dayla: Ficou com a articulação dos responsáveis de cada setor dos municípios onde será coletada informações para o sucesso de nossas licitações em conjuntos, colheu também informações técnicas e relevantes com fornecedores de uniformes para que possamos concluir o termo de referência. Está colhendo informações também sobre modelos de licitações de kits escolares.

Laila: Retificou o Pregão da Cesta básica, onde o presidente solicitou que incluísse bombons e Panetone, efetuou cotações para os mesmos e montou novamente o processo. Finalizou o processo de Credenciamento de Clinicas veterinárias, que está aguardando pareceres, para publicação. Foi realizado vários atendimentos de fornecedores interessados no certame de Veículos, como por exemplo, Mercedes, Iveco... tais como questionamentos por telefone. Suspendeu o Procedimento licitatório dos veículos. Realizou a retificação do edital de veículos que será publicado na próxima semana após pareceres

12/08/2023

Laila Cristina Pereira